

ARTIGO

A INVENÇÃO DO MITO

ADESÃO EVANGÉLICA AO BOLSONARISMO E A HIPÓTESE LACLAUNIANA

PAULO GRACINO JUNIOR

Professor do departamento de Sociologia da UNB e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do IUPERJ/UCAM; Coordenador do Comitê de Sociologia da Religião da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).
ORCID: <https://www.orcid.org/0000-0002-6764-4797>

MAYRA GOULART DA SILVA

Professora do departamento de Ciência Política da UFRJ e do do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ.
ORCID: <https://www.orcid.org/0000-0002-6955-1586>

RESUMO: Neste artigo trabalhamos com a hipótese de que as denominações evangélicas são as principais interlocutoras da população periférica e o fazem não só do ponto de vista da escassez, da opressão e marginalização, mas tendo como principal mediador o discurso teológico de fundo moral. Mesmo em contextos em que as CEBS foram as grandes artífices dos movimentos sociais e o catolicismo da libertação uma ferramenta potente de mobilização do significado da linguagem política transformada em ação, as igrejas evangélicas ganham terreno como articuladores legítimos das demandas sociais. Assim, antes de serem máquinas de alienação, as denominações religiosas são tecnologias de organização social, atuando como dispositivos de dominação política aderidas, em sua quase totalidade, à candidatura de Jair Bolsonaro. Desta forma, trabalharemos com o cabedal teórico de Ernesto Laclau para analisar a construção do bolsonarismo como gramática de ação política.

PALAVRAS-CHAVE: bolsonarismo; evangélicos; populismo de direita; eleições.

THE INVENTION OF THE MYTH

EVANGELICAL ADHESION TO BOLSONARISM AND THE LACLAUNIAN HYPOTHESIS

ABSTRACT: In this article, we work with the hypothesis that evangelical denominations are the main interlocutors of the peripheral population and do so not only from the point of view of scarcity, oppression and marginalization, but having as their main mediator the theological discourse with a moral background. Even in contexts in which the CEBS were the great architects of social movements and liberation Catholicism a potent tool for mobilizing the meaning of political language transformed into action, evangelical churches gain ground as legitimate articulators of social demands. Thus, before being machines of alienation, religious denominations are technologies of social organization, acting as devices of political domination adhered, almost entirely, to the candidacy of Jair Bolsonaro. In this way, we will work with the theoretical background of Ernesto Laclau to analyze the construction of Bolsonarism as a grammar of political action.

KEYWORDS: Bolsonarism; evangelicals; right-wing populism; elections.

Recebido em: 09/01/2023

Aprovado em: 31/03/2023

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2023v76p11-37>



I. Introdução

Desde finais dos anos 1980, diversas dinâmicas sociais e avanços tecnológicos (CASTELLS, 1999, 2000 E 2003; CANCLINI, 2005) colocaram em xeque as instituições tradicionais de produção de sentido e aglutinadoras da ação coletiva. Pautas centrais para aos movimentos sociais do século XX, como as classistas, de igualdade racial e feministas, ao mesmo tempo em que foram dinamizadas e suplementadas pela entrada em cena de novos atores e demandas (CARTY, 2015), urdiram novas formas de organização e performance públicas (BUTLER, 2015), deslocando o papel, até então desempenhado por instituições tradicionais como sindicatos (BRAGA E SANTANA, 2015) e partidos políticos (PRZERWORKI, 2019). Se por um lado a transversalidade das demandas promoveu a aglutinação de diversos atores sociais em movimentos como o *Occupy Wall Street*, *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam) e *Slut Walk* (Marcha das Vadias), por outro lado, expuseram fissuras e contradições históricas nas formas de representação tradicionais.

Neste bojo, mesmo que alguns estudiosos enfatizassem a resistência do catolicismo da libertação (BURDICK, 2005; LEVY, 2015) frente a tais mudanças, é notório que a correlação de forças mudou. E mudou de forma aguda nas periferias das grandes cidades, especialmente, frente à intensa urbanização e periferização destas (SANTOS, 2017) e as novas demandas surgidas deste processo.

Se, em algum momento, a Igreja Católica conseguiu efetivamente mobilizar discursivamente parte dos anseios da população periférica, assim como os sindicatos e partidos, nos dias que correm assiste a paulatina perda de capital político traduzido, tanto na capacidade de fixar discursivamente os sentidos das demandas sociais, quanto no declínio gradual dos que se declaram católicos (GRACINO JUNIOR, 2016). *Pari passu* a este processo, assistimos outros dispositivos e atores ganharem cada vez mais relevo na tarefa de estabelecer uma articulação entre demandas particulares/diferenciais em equivalentes, mobilizando os sentidos, aglutinando-os no que Laclau e Mouffe denominaram ponto nodal (LACLAU E MOUFFE, 1985, p. 83; MENDONÇA, 2003), ou seja, significantes vazios

(LACLAU E MOUFFE, 1985) – tais como democracia, liberdade, família – que passam a atuar como uma força centrípeta fazendo grupos com interesses específicos gravitarem em torno de um antagonismo do tipo nós x eles que constitui sua identidade política.

Desta forma, neste artigo trabalhamos com a hipótese de que as denominações evangélicas as principais interlocutoras da população periférica e o fazem não só do ponto de vista da escassez, da opressão e marginalização, mas tendo como principal mediador o discurso teológico de fundo moral no que Vital da Cunha chamou de “retórica da perda” (2018). É importante lembrar que, mesmo em contextos em que as CEBS foram as grandes artífices dos movimentos sociais e o catolicismo da libertação uma ferramenta potente de mobilização do significado (Laclau, 2010) da linguagem política transformada em ação, como nos assentamentos do Movimento dos Sem-Terra (MST), as igrejas evangélicas ganham terreno como articuladores legítimos das demandas sociais (PY E PEDLOWSKI, 2020). Assim, como veremos, antes de serem máquinas de alienação, as denominações religiosas são tecnologias de organização social, atuando como dispositivos de dominação política aderidas, em sua quase totalidade, à candidatura de Jair Bolsonaro.

II. A invenção do mito: uma hipótese laclauniana

Desde 2019, o Laboratório de Partidos Eleições e Política Comparada (LAPPCOM), do qual participam os dois co-autores deste texto, se debruça, com o incansável auxílio de alunos de graduação e pós-graduação, sobre a trajetória legislativa de Jair Bolsonaro. O objetivo é compreender, a partir de uma metodologia pós-estruturalista operacionalizada através do conceito de populismo de Ernesto Laclau (1978, 2005), como um deputado que surge como um representante de pautas corporativistas de um segmento específico (os militares) e, portanto, submetido a uma lógica minoritária inerente ao Legislativo, transforma-se em um líder popular capaz de concorrer ao principal cargo majoritário do país. Os resultados, advindos de um cuidadoso processo de sistematização e codificação de todos os seus projetos de lei e discursos proferidos em plenário, se encontram em um

artigo no prelo (SILVA E GRACINO JUNIOR, 2022), porém, são passíveis de ser brevemente resgatados aqui com o propósito de nos ajudar a definir e justificar o que entendemos por *bolsonarismo*.

Nessa argumentação, o conceito laclauiano de populismo e sua fundamentação teórica se tornam úteis por explicitar como a “negatividade antagônica” é crucial para a constituição da lógica *populista* de construção de sujeitos políticos, entendida a partir da conformação de cadeias de equivalência, entre diversos grupos sociais, aglutinados em torno de ideias abstratas ou abrangentes o suficiente para aproximá-los a despeito de suas diferenças. Na terminologia do autor, “a construção de uma subjetividade popular é possível somente sobre a base da produção discursiva de significantes tendencialmente vazios” (LACLAU, 2005, p. 40) capazes de articular segmentos sociais diferentes, em um processo que, “em sua expressão mais extrema [...] chega a um ponto em que a função homogeneizante é levada a efeito por um nome próprio: o nome do líder” (*idem*).

O processo de ampliação das bases sociais/eleitorais de Jair Bolsonaro passa, primeiramente, pela atração de outros segmentos do campo da segurança pública e privada, a partir de pautas corporativas acerca de suas condições de trabalho, mas, também, por meio do resgate da memória da ditadura militar como um momento no qual fora estabelecido um ideal de ordem capaz de lidar de maneira mais bem sucedida com a criminalidade e com a ordem social. Sendo assim, por meio da mobilização de um discurso reacionário sobre a ordem social e punitivista sobre o combate à criminalidade, que perpassa a associação demofóbica entre pobreza e criminalidade, Bolsonaro foi atraindo diferentes segmentos das camadas médias e altas da população, descontentes com o processo de redemocratização e com a emergência de novos atores políticos e sociais *progressistas* que tinham em comum a crítica à ditadura militar e à ideia de ordem patriarcal, misógina e classista que a estruturava. O termo *progressista* é usado de maneira instrumental para se referir àqueles que defendem um ideal de mudança social crítico ao *passado*, associado aqui à ordem patriarcal, em oposição àqueles que querem voltar a ele, pois se sentem ameaçados (e ressentidos, como ver-se-á mais adiante) pelo progresso e pelas transformações oriundas do reconhecimento de outras

formas de poder, família e de identidade, o que nos permite caracterizá-los como *reacionários*. Nesta relação de antagonismo, *progressistas* e *reacionários* passam se identificar mutuamente como *esquerda* e *direita*, em um contexto no qual a flutuação destes dois significantes permite que os consideremos como *pontos nodais* na categorização laclauiana. Compreendidos como pontos discursivamente privilegiados por meio dos quais são configuradas as práticas articulatórias hegemônicas, convertendo demandas particulares/diferenciais em equivalentes (LACLAU; MOUFFE, 1985, P. 83; MENDONÇA, 2003; CERQUEIRA, 2015, p. 271), os *pontos nodais* conseguem exercer essa função de articulação por não possuírem um significado inequívoco ou um conteúdo particular, podendo funcionar, nos termos de Laclau e Mouffe (1985) como um significante vazio.

Sendo assim, ao longo dos anos, estes segmentos passaram, então a observar em Jair Bolsonaro alguém que os autorizava a defender tal ideia de ordem expressa por meio uma identidade política *de direita*, enquanto significante vazio que abarca comportamentos e ideias até então intoleráveis dentro de alguns círculos, haja vista uma relativa ascendência de setores progressistas na conformação da esfera pública no contexto pós redemocratização. No entanto, essa configuração, passível de estruturar uma minoria parlamentar e social, não seria suficiente para a conquista de um cargo majoritário de expressão nacional, afinal a parcela de brasileiros que se considera de *direita* oscila entre 20% e 30%.¹

É nessa equação que a Lava-Jato permite uma ampliação significativa da base eleitoral de Jair Bolsonaro. Através de uma *flutuação* de significantes, a crítica às lideranças do Partido dos Trabalhadores, deslocada pela Lava-Jato do campo político para o jurídico, permitiu uma associação entre o discurso punitivista (*bandido bom é bandido morto*) com o discurso

¹ Me refiro aqui a dois *surveys* realizados com curto intervalo de tempo. No primeiro, conduzido pelo Instituto Senado com 5.850 pessoas por telefone, o montante foi de 20%. No segundo, feito pelo Instituto da Democracia (IDDC-INCT), foram entrevistados presencialmente 2.538 pessoas. Ambas foram amplamente divulgadas na mídia e seus resultados estão disponíveis em: FRAZÃO, F. Pesquisa do Senado indica que 21% dos eleitores no Brasil se consideram de direita. **CNN**. 15 mai. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-do-senado-indica-que-21-dos-eleitores-no-brasil-se-consideram-de-direita/> e TABAK, F. Pesquisa aponta que o dobro dos brasileiros se diz mais de direita que esquerda. Veja os números. **O Globo**. 03 jul. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/07/pesquisa-aponta-que-o-dobro-dos-brasileiros-se-diz-mais-de-direita-que-esquerda-veja-os-numeros.ghtml>

de criminalização da política. Jair Bolsonaro foi o porta-voz mais emblemático dessa associação que conferiu concretude e, subsequentemente, enraizamento popular das críticas ao PT, impensável nos termos oferecidos pelas lideranças políticas até então responsáveis por vocacionar o anti-petismo. Por emergir como o principal porta-voz dessa associação entre diferentes conteúdos discursivos, é possível ver na figura de Bolsonaro, não apenas um líder popular, mas um símbolo por meio do qual os diferentes segmentos obtêm unidade. Daí a utilização dos termos *bolsonarismo* / *bolsonarista* para se referir a este sujeito político formado a partir da conformação desta *cadeia de equivalências*.

Não obstante, se a linguagem jurídica foi o operador passível gerar um laço - nos termos de Freud em "Psicologia das massas e análise do eu" (2011) - entre as camadas médias e altas da população e o bolsonarismo, permitindo que os discursos de Jair Bolsonaro ecoassem para além daqueles segmentos que se identificavam como *de direita*. No que diz respeito às classes populares, este laço se dá em torno de uma linguagem religiosa passível de traduzir argumentos jurídicos, econômicos, políticos e sociológicos em uma terminologia com maior capacidade de penetração e enraizamento no tecido social, por razões a serem exploradas ao longo deste texto, no qual nos ateremos aos evangélicos enquanto subgrupo mais expressivo nessa equação. Sendo assim, após apresentarmos argumentos em prol das *afinidades eletivas*² entre os discursos *bolsonaristas* e a linguagem religiosa compartilhada por este segmento, assim como com os contextos sociais nos quais vivem a maioria de seus membros, partiremos para uma análise do resultado das eleições presidenciais de 2022. Primeiramente, esta hipótese será fundamentada pela consideração dos resultados da eleição presidencial, que nos permitem argumentar sobre a importância do segmento evangélico na votação obtida por Jair Bolsonaro, cuja proporção de votos aumenta em regiões nas quais o segmento evangélico é mais expressivo.

Na segunda parte do texto nos debruçaremos sobre o resultado das eleições legislativas para desenvolver um segundo argumento, ainda

² Sobre o conceito weberiano de afinidade eletiva ver: Tormin, M. M. (2019). Aspectos metodológicos da obra de Max Weber: potenciais e limites do tipo-ideal enquanto ferramenta metodológica. *Revista Florestan*, (7), 183-195 e de Oliveira, L. A., & Ferreira, M. T. (2010). Sobre o conceito de "afinidade eletiva" em Max Weber, Michael Löwy. *Plural*, 17(2), 129-142.

inspirado na ideia de *afinidades eletivas*, posto que essa reforça o caráter contextual (não essencial) da adesão aos discursos de Jair Bolsonaro, na medida em se torna possível especular sobre o início de uma desidratação do que aqui chamamos de *bolsonarismo*.

III. Os evangélicos na política: da Constituição de 1988 ao governo Bolsonaro

Com a ampliação do consenso democrático, pós derrocada do regime ditatorial (1964-1985) e promulgação da Constituição de 1988, fez emergir uma série de movimentos por reconhecimento de direitos, que traduziram-se em conquistas cristalizadas no âmbito jurídico, com leis que garantem direitos e visam ampliar a igualdade: entre gênero, raça e diversidade de orientação sexual; na esfera social, a partir de leis que estabelecem cotas para minorias para o acesso ao ensino médio, técnico e universitários, além da reserva de vagas concursos públicos na esfera federal; no âmbito da cultura, a partir da patrimonialização de uma série de bens culturais ligados às religiões de matriz africana, entre outros. Ironicamente, os grupos evangélicos pentecostais – pontas de lança da reação contra a tramitação e concretização de diversas das iniciativas elencadas acima – foram beneficiários de primeira hora do processo de democratização do país, no que Burity (2018 e 2020), baseado na proposta de Connolly (2011), chama de *minoritização* das crenças.

Neste contexto, evangélicos clamavam uma maior presença no espaço público, falando do lugar de minoria religiosas (MACHADO; BURITY, 2014), marginalizadas seja na política, seja na cultura mais ampla, principalmente, frente a uma Igreja Católica ou uma cultura laica, vistas como hegemônicas na ocupação de cargos públicos ou visibilidade midiática, agora figuram como algozes da ampliação de direitos e demandas de diversos grupos minoritários do ponto de vista do reconhecimento e redistribuição (FRASER, 2007). Assim, com o aumento do protagonismo evangélico na política, algumas das principais denominações deste espectro passaram a se colocar como interlocutoras privilegiadas no campo conservador aliado à candidatura de Jair Bolsonaro, pautando tanto as ações

e políticas públicas propostas por este candidato, mas também, forçando o seu principal adversário, Luís Inácio Lula da Silva, a assumir compromissos com pautas morais, recuando e/ou abandonando algumas agendas caras aos movimentos sociais historicamente ligados à esquerda e ao Partido dos Trabalhadores, como a legalização do aborto.³

Neste sentido, o que Vital da Cunha chamou de “retórica da perda” (2018), articula estratégia política a partir de um discurso religioso de fundo moral, que adquire um lugar central na publicização religiosa (CASANOVA, 1994, e 2006) no Brasil. É importante lembrar que ainda que os casos mais notórios de articulação entre discurso religioso e gramática de ação política (NATALUCCI, 2015) conservadora nos anos recentes - Donald Trump (MARGOLIS, 2019) e Bolsonaro (ALMEIDA, 2019; BURITY, 2020, GRACINO JUNIOR, SILVA, FRIAS, 2021) - tenham como protagonistas grupos religiosos cristãos de cariz evangélico, tal imbricamento está longe de se restringir e este espectro religioso. Quando olhamos a literatura internacional vemos que diversos trabalhos têm apontado para processos similares envolvem uma gama ampla de tradições religiosas que vão de correntes do protestantismo (DIAMOND, 1995) ao islamismo (ATALAY, 2017), passando pelo hinduísmo (CHACKO, 2019). No caso brasileiro, as igrejas evangélicas, que são peças centrais desta engrenagem, atuam como uma das principais “máquinas de ressonância” (CONNOLLY, 2005) para a produção de racionalidades políticas conservadoras de fundo neoliberal.

Assim, ainda que conformações teológicas específicas possam obviamente ensejar discursos religiosos regressivos, que a maioria de nós classificaria como conservador, insistimos na prédica defendida em trabalhos anteriores (GRACINO JUNIOR, GOULART E SILVA, 2021) de que a afinidade que atrai evangélicos e conservadorismo está muito mais ligada às

³ Em um debate organizado pela Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert, “Brasil-Alemanha – União Europeia: desafios progressistas e parcerias estratégicas”, ocorrido no dia 05 de abril, Lula havia defendido a descriminalização do aborto: “A madame pode ir fazer um aborto em Paris, escolher ir para Berlim. Na verdade, [o aborto] deveria ser transformado em uma questão de saúde pública, a que todo mundo deve ter direito, e não vergonha”. [https://www.brasildefato.com.br/2022/04/05/lula-e-martin-schulz-defendem-acordo-entre-mercosul-e-europa-baseado-no-desenvolvimento-global, acessado em 25/09/2022], no entanto, diante da repercussão negativa da fala, especialmente, entre lideranças evangélicas, o então candidato foi obrigado a rever sua e a redigir uma carta destinada aos eleitores evangélicos em que se diz “pessoalmente contra o aborto”. [Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-se-manifesta-contraborto-bolsonaro-critica-a-justica-eleitoral/, Acesso em: 19 out. 2022]

condições discursivas que engendram os sujeitos e suas subjetividades, do que as características intrínsecas à teologia cristã ou, especificamente, evangélica pentecostal. Desta forma, deslocamos nossas atenções, tanto para o caráter relacional, posicional das identidades evangélicas, que engendram o discurso conservador, quanto para a base material deste discurso, ligando, portanto, sujeitos e formas de sujeição e subjetivação. Interessam-nos, as formas políticas em que se precipitaram os antagonismos articulados a partir dos grupos de identidade evangélica, bem como os deslocamentos na base material destes sujeitos, que possibilitam o engendramento de subjetividades atomizadas e refratárias a solidariedades coletivas exógenas a sua comunidade.

Desta forma, embora evangélicos tenham ganhado relevo no espaço público por pautas reativas à ampliação de direitos de minorias, tais ações não se devem unicamente a aspectos intrínsecos à teologia pentecostal, ou ao seu caráter alienante ou irracional, mas, principalmente a forma como se posicionam no jogo político nacional, ou melhor, como se publicizaram, bem como a forma como o discurso de fundo conservador é acionado como estratégia de sobrevivência nas grandes cidades.

Como observa Montero (2016), trata-se de considerar o próprio processo de publicização da religião, que se constrói, enquanto religião pública, ao mesmo tempo em que constitui o espaço em que performatiza. Para o que se desenha, a ideia de Willian Connolly (2005) de “máquina de ressonância”, aparece como uma potente ferramenta. Ou seja, nenhuma economia política ou prática religiosa é autorreferente.

Ao contrário, na política diversos elementos se infiltram uns nos outros, metabolizando em um complexo móvel. Causação como ressonância entre elementos que se fundiram em um grau considerável. Aqui, a causalidade, como relações de dependência entre fatores separados, se transforma em complexidades energéticas de imbricação mútua e de inter-envolvimento, nas quais, daqui para frente, elementos não conectados ou associados frouxamente, dobram-se, inclinam-se, misturam-se, emulsificam-se, e dissolvem-se uns nos outros, forjando uma formação qualitativa resistente a modelos clássicos de explicação (CONNOLLY, 2005, p. 870).

Antes de prosseguirmos, cumpre esclarecer nosso posicionamento quanto ao conceito de religiões públicas como pensado por José Casanova

(1994). Pelo exposto acima, não há como acatar de forma acrítica o conceito. No entanto, em um debate com Talal Asad, Casanova recuperou e refinou seu argumento, fato que renovou sua utilidade para nossa empreitada neste artigo. Retomando o argumento de “Public Religion” (1994), Casanova (2006) argumenta que seu conceito de esfera pública está mais próximo de um espaço discursivo ou agônico aberto a todos os cidadãos e a todas as questões, incluindo questões de poder e o poder de definir os termos do debate, não existindo uma única esfera pública, mas uma pluralidade de públicos interrelacionados e em competição.

Dito isso, podemos olhar a aparentemente *sui generis* aproximação entre evangélicos e o bolsonarismo. Quando nos debruçamos sobre o que tem sido produzido sobre tal aliança, muitas vezes nos deparamos como analistas estupefatos diante o que acreditam ser o caráter paradoxal da união entre um segmento que tem como base os evangelhos, portanto, uma das supostas fontes do humanismo ocidental e uma gramática política belicista e extremamente excludente. Um sem-número de analistas apontam para o fato em tom de advertência, como se a base evangélica não estivesse ciente. Porém, escapa-lhes o fato da penetração lenta, mas constante de correntes teológicas que enfatizavam a guerra espiritual contra o mal e uma hermenêutica voltada muito mais para o Antigo Testamento.

Assim, se até a década de 1980 os evangélicos pentecostais se viam como um grupo ressentido, humilhado cultural e socialmente, composto por indivíduos que ocupavam os estratos sociais mais subalternizados, ao longo das três décadas seguintes passam a organizar uma gramática social dentro da qual estas mulheres e homens possam ser exaltados, como numa corruptela de um dos versículos bíblicos mais populares no meio evangélico pentecostal “Qualquer, pois, que a si mesmo se exaltar, será humilhado; e qualquer que a si mesmo se humilhar, será exaltado” (MATEUS 23:12). Neste ponto, é interessante observar que à medida que os evangélicos se afirmam na arena pública brasileira, espraia-se entre suas denominações interpretações teológicas inspiradas em uma corrente americana conhecida como Reconstrucionismo ou Teologia do Domínio. Como aponta Rosas (2015), a versão da Teologia do Domínio que mais influenciou o campo evangélico brasileiro foi a do pastor Peter Wagner, professor do *Fuller Theological Seminary* de Pasadena, Califórnia, influente difusor da doutrina

pentecostal e da Teologia do Domínio (ROSAS, 2015). A versão de Wagner é que Deus havia dado a autoridade a Adão sobre a terra. Com o pecado original esta foi perdida, porém resgatada por Jesus através do sacrifício na cruz e na vitória sobre o diabo. No entanto, a luta contra o diabo, que impede as bênçãos de Deus para os seres humanos chegue na terra, deve ser travada de forma ininterrupta e em todos os espaços da sociedade, casa, trabalho, escola e política (WAGNER, 2012 apud. ROSAS, 2015).

No entanto, ainda que a teologia forneça um discurso que compõe uma narrativa minimamente coerente para a união aparentemente paradoxal, é mesmo a transformação na base material destes sujeitos que melhor explica sua aproximação com o governo Bolsonaro. Portanto, é preciso olhar para o processo contraditório de inclusão dos setores populares e seu acesso aos bens de cidadania. Como dissemos, após a derrocada Ditadura Militar no país, assistimos a alterações significativas na estrutura econômica e social do país, desde o processo de privatizações dos governos Collor e FHC, que levou a inclusão de diversos setores da sociedade brasileira em uma espécie de “cidadania pelo consumo” de cunho periférico. Parte de setores importantes para o acesso a uma cidadania plena, como saúde, educação, segurança e transporte, foram entregues à iniciativa privada e dependiam do interesse pecuniário desta para seu desenvolvimento pleno.

Nos governos petistas, ainda que se tenha avançado em políticas de inclusão social e cidadania, reconhecendo várias demandas de grupos minoritários, “viu-se a inclusão de vastos setores da sociedade no processo violento de valorização do capital, implicando uma integração que, contraditoriamente, não significava necessariamente cidadania” (SINGER 2016: 13). Diante de tal cenário, assistimos uma cultura política que é premida de um lado pelos interesses privados associados ao Estado —impondo uma espécie de “teto” ao acesso à cidadania— e desgastada de outro, por um discurso que parece imputar ao ocupante do Estado, no caso o PT, o papel de único artífice e responsável pelas contradições e limites do arranjo mercado-cidadania, potencializando e até precipitando o esgarçamento completo das instâncias democráticas. Neste ínterim, presenciamos a legitimação de diversos discursos de base moral periféricos ao debate político desde a derrocada do udenismo.

Para entendermos tal processo precisamos considerar não só a onda populista conservadora que se precipitou sobre diversas partes do mundo, mas também a conjuntura política brasileira das últimas década, marcada por uma cruzada moral no combate à corrupção ensejada e levada a cabo pela Operação Lava-Jato e, principalmente, a forma como a elasticidade do discurso evangélico consegue traduzir estes cenários em sínteses discursivas capazes de oferecer gramáticas de ação política de base moral emulsificada pelo ressentimento. Neste ponto, o ressentimento cumpre um papel primordial. O ressentimento de quem foi deixado para trás no processo de modernização das grandes cidades, de quem foi ridicularizado como subcultura. Porém, como dissemos, esse é só o laço, que une os evangélicos ao bolsonarismo. Em nosso entendimento, a questão central e decisiva é que as igrejas evangélicas se constituíram em dispositivos de dominação política posto a serviço do bolsonarismo.

Neste sentido podemos entender a articulação entre a consolidação das lideranças evangélicas enquanto grupo político com interesses específicos, suas pautas, e a base eleitoral, transdenominacional e capilarizada, assentada, tanto em grandes igrejas centrais, quanto em pequenas igrejas periféricas, que, por sua vez, articulam demandas desde a periferia e retroalimentam o discurso que é vocalizado por suas lideranças. Assim, o crescimento do pentecostalismo e a replicação de inúmeras igrejas pelos bairros e periferias do país acabam funcionando como empreendimentos de fé que concorrem entre si pela atenção e adesão do fiel. Tal cenário levou os pastores a tomarem contato com técnicas e discursos administrativos (CORTES, 2014), que, por sua vez, foram traduzidos para linguagem teológica e espalhados, assimilados, ressemantizados e postos em marcha pelos fiéis (GRACINO JUNIOR, 2008). Os pastores, agora “gerentes” de suas próprias igrejas, sabem das dificuldades de se manter uma “empresa religiosa” em meio à concorrência voraz de um mercado cada vez mais competitivo.

Assim, as empresas religiosas foram ganhando autonomia, inclusive de seus aspectos doutrinários, sendo um bom exemplo a querela instaurada com a interdição dos cultos presenciais por conta da COVID-19, na qual lideranças religiosas acionaram a justiça para manter as igrejas abertas. Neste ponto, ainda que a ameaça da COVID-19 tenha sido, muitas vezes,

traduzida em metáforas religiosas, como por exemplo, “tática de satanás”, segundo Edir Macedo, a maioria dos pastores que entrevistamos não esconde que a principal preocupação com o fechamento das igrejas sempre foi a queda na arrecadação dos dízimos que mantém as denominações funcionando. Desta forma, antes de serem máquinas de alienação, são tecnologias de organização social da periferia. Neste sentido, é secundário se o fiel acredita firmemente na existência da ideologia de gênero, ou que o adversário vai fechar templos; como dissemos, tais discursos aparecem como narrativas para tornar plausível uma ação aparentemente incongruente, antes é necessário assegurar que votem no candidato escolhido pela denominação religiosa.

De fato, como dissemos, um olhar mais cuidadoso nos números que surgem das urnas no dia 30 de outubro, mostra-nos que Bolsonaro tem seus melhores percentuais em cidades e regiões em que há maior concentração de evangélicos, enquanto encontra mais dificuldade nas regiões mais católicas. Em Minas Gerais, por exemplo, Bolsonaro tem considerável dificuldade na Zona da Mata e Norte de Minas, regiões significativamente católicas, ao passo que tem seus melhores números no Vale do Aço mineiro, a região é a que concentra maiores cifras de população evangélica do estado (IBGE, 2010). Apesar de sua tradição sindical e de sua história ligada a governos do PT, a maior cidade da região, Ipatinga (que em 2010 já contava com mais de 40% de sua população se declarando evangélica), foi a que deu uma das maiores diferenças pró Bolsonaro em Minas 65,12% contra 34,88% de Lula, por outro lado, cidades de maioria católica como Ouro Preto (82,86% de católicos) , Mariana (78,95%) e Viçosa (81,30%) foram amplamente favoráveis ao petista, em todas estas cidades Bolsonaro ronda a casa dos 30%, enquanto Lula supera a casa dos 65%, no segundo turno.

Tal cenário se repete no estado do Rio de Janeiro, as cidades e regiões com significativa incidência de evangélicos como Cabo Frio (41,92%), Itaguaí (41,37%), Seropédica (44,01%), Belford Roxo (37,13%), entre outras, são as que dão expressiva votação a Bolsonaro, nestas ele supera a casa dos 60% ao passo que Lula fica sempre abaixo dos 40%. No mesmo turno, quando olhamos a dispersão de votos na cidade do Rio de Janeiro, vemos que o candidato do PL concentra seus votos na Zona Oeste, especialmente nos bairros de Campo Grande (em que alcança mais de 60% dos votos), Santa

Cruz, justamente os com maior incidência de evangélicos na cidade do Rio, de forma contrária o candidato do PT se saiu melhor na grande Tijuca, Centro, parte da Zona Norte e Zona Sul, regiões com cifras menos significativas de população evangélica.

No entanto, é preciso dizer que a variável religião é importante, mas que isoladamente não explica a dispersão de votos neste ou naquele candidato, por exemplo, o peso de ser evangélico nos estados do Nordeste é significativamente mitigado pelo fator regional, na cidade de Madre de Deus (BA), por exemplo, o candidato do PT superou os 80% dos votos, sendo este município um dos mais evangélicos da Bahia já em 2010, com mais de 20% de sua população cerrando fileiras neste credo, a situação se repete em Nova Ibiá, que tinha mais de 30% da população evangélica no Censo de 2010 e registrou mais 65% de votos em Lula no segundo turno. De forma similar, cidades do norte do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bastante marcadas pela imigração italiana e pelo catolicismo, as cifras de votos em Bolsonaro sempre rondam acima da casa dos 60%.

IV. A vitória dos parentes: uma hipótese sobre a desidratação do bolsonarismo

As eleições de 2022 foram uma espécie de *tira teima* para a balzaquiana democracia brasileira, ameaçada pela emergência de uma liderança popular de extrema direita⁴ capaz de conferir coesão a um conjunto de sentimentos dispersos e desorganizados, que envolvem o ressentimento daqueles que se sentem excluídos pelos processos de modernização e complexificação da estrutura social, por meio do empoderamento simbólico e econômico de minorias demográficas (LGBTQIPA+) e não demográficas (mulheres, pessoas racializadas e pessoas pobres). Deste modo, se por um lado, tínhamos o candidato do Partido Liberal vocalizando tais sentimentos, por outro, tínhamos Luiz Inácio Lula, se apresentando como candidato de uma frente ampla em defesa da democracia, enquanto significativo vazio cujo enraizamento popular foi

⁴ A caracterização de Bolsonaro como um político de extrema direita ou de direita radical pode ser encontrada em algumas publicações de membros do LAPPCOM, dentre elas: Silva e Rodrigues (2021); Silva, Jorge e Faria (2020); Gracino Júnior, Silva e Frias (2021).

operacionalizado pela identificação de sua figura com essas minorias que se percebem marginalizadas e oprimidas pelos segmentos hegemônicos

Em um artigo publicado em 2020, argumentamos que ressentimento é o *afeto* que catalisa os vínculos de identificação entre a candidatura de Bolsonaro seu eleitorado, sobremaneira, o evangélico.⁵ Como veremos, os dados analisados nos permitem afirmar que, embora o sucesso eleitoral de Bolsonaro em 2018 extrapole a questão religiosa, envolvendo aspectos sociopolíticos conjunturais, o discurso de fundo religioso serviu como elemento mobilizador de afetos traduzidos em adesão eleitoral ao candidato. De todo modo, não é possível imputar aos evangélicos um papel numérico decisivo no pleito de 2018 ou de 2022, por não termos dados fidedignos para afirmar quantos evangélicos de fato votaram em Bolsonaro, mas, sobretudo porque estes não perfazem maioria do eleitorado. Em ambos os pleitos, as expressivas votações de Jair Bolsonaro não se devem apenas ao voto evangélico, porém é neste segmento que ele conquistou as maiores margens quando comparado ao seu adversário, ainda que haja divergências entre os institutos de pesquisa sobre os números dessa vantagem. No texto de 2020, nosso propósito foi construir uma argumentação em torno da hipótese de que a adesão de extensas parcelas deste grupo religioso ao que convencionou-se chamar de bolsonarismo, permitiu a criação de uma gramática de ação política (NATALUCCI, 2015) conservadora articulada pelo ressentimento que funcionará como plataforma privilegiada para o discurso bolsonarista.

Neste artigo, todavia, nosso argumento será especular sobre dois movimentos. O primeiro indica a consolidação do discurso evangélico como *caixa de ressonância* bolsonarismo, capaz de traduzir seus conteúdos econômicos e políticos para uma linguagem popular, passível de

⁵ Especificamente dentro da Sociologia das Religiões o termo evangélico, pentecostal, neopentecostal Pós-pentecostal foi alvo de grande debate desde que se estruturou um campo de estudos em torno do seu crescimento numérico em nosso país e sua influência pública (FREESTON, 1994; MARIANO, [1995]1998 E SIEPIERSKI, 1997). No entanto, nas últimas décadas, o fluxo discursivo que se estabeleceu e se intensificou entre as diversas igrejas, inclusive do que foi categorizado como evangélicos de missão, levando ao comprometimento destas categorias, portanto, optamos pelo termo genérico evangélicos fazendo referência à denominação quando necessário. Tal expediente metodológico não significa um aplainamento das clivagens internas ao campo evangélico, sabemos que há inúmeras idiosincrasias entre o que se classifica genericamente como “evangélico” e que existe e se estrutura com certa força um campo político progressista, que nega o que genericamente tem sido classificado como pensamento conservador dentro do meio evangélico.

promover o seu devido enraizamento no tecido social. O segundo, muito mais incerto, indica uma possível redução dessa capacidade, ou ainda, o surgimento de uma certa resistência por parte dos grupos até então identificados como *bolsonaristas* com relação à candidatura de Jair Bolsonaro. Não obstante cabe aqui uma importante ressalva: no tocante ao primeiro movimento estamos no terreno dos fatos, no tocante ao segundo, adentramos em um plano mais especulativo.

Alguns fatores, todavia, corroboram esse exercício, sendo o principal deles, a própria derrota de Jair Bolsonaro em um contexto de inédita utilização da máquina pública na melhoria artificial das condições de vida das classes populares e médias. Sendo assim, cabe lembrar que em março de 2022, foi anunciado pelo então presidente um programa denominado Renda e Oportunidade, destinado a liberar mais de R\$ 150 bilhões em recursos para aposentados e trabalhadores através de: saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), antecipação do pagamento de 13º para aposentados e pensionistas do INSS. No fim de junho, entrou em vigor uma alteração na legislação para reduzir os tributos sobre os combustíveis até o final do ano, interrompendo um período de sucessivas elevações no preço da gasolina e do diesel e provocando uma expressiva redução de preços com impacto imediato na taxa de inflação.

Da mesma forma, em julho do mesmo ano, foi promulgada uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) destinando R\$ 41 bilhões, a serem computados fora do teto de gastos, para desembolsos do governo federal destinados a benefícios sociais que contemplam, dentre outros auxílios de menor magnitude:⁶ R\$ 7,4 bi para motoristas de caminhão e de táxi e R\$ 26 bi para o reajuste do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600. Assim como no caso do combustível, os auxílios foram estabelecidos com prazo apenas até o final do ano, o que evidencia seu caráter eleitoreiro e completamente desarticulado de qualquer política pública devidamente estruturada. O caráter inédito no tocante à mobilização da máquina pública para garantir a reeleição não se deve apenas à elevação de gastos por parte do governo

⁶ Também estão previstos reforços nos valores do auxílio-gás (R\$ 1,05 bilhão), do Alimenta-Brasil (R\$ 500 milhões), gratuidade de idosos no transporte coletivo (R\$ 2,5 bilhões) e créditos para a produção de etanol (R\$ 3,8 bilhões). Sobre o tema, ver: PRAZERES, L. Congresso promulga PEC que amplia gasto social em ano eleitoral: entenda os argumentos pró e contra. **BBC**. 12 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62088494>

incumbente, mas pela sua magnitude e, sobretudo, pela crueldade na manipulação das condições de vida da população. Algo que fica ainda mais explícito em face do decreto de 12 de agosto de 2022, que regulamenta o crédito consignado para os beneficiários do Auxílio Brasil, com a possibilidade de comprometimento de 40% do valor concedido.⁷

Diferentemente deste argumento, que reforça o caráter fragoroso da primeira derrota de um candidato presidencial à reeleição na história da Nova República, a hipótese sobre um possível desembarque de alguns dos grupos formadores da *cadeia de equivalências do bolsonarismo* é arriscada, porém abre espaço para a concepção de estratégias para acentuar esse processo. Isto porque, para promover essa reflexão sobre uma possível redução da efetividade eleitoral do discurso bolsonarista, adentramos em um terreno de dados conflitantes. Não há, por exemplo, um único indicador por meio do qual possamos com segurança comparar as intenções de voto em Jair Bolsonaro nos pleitos de 2018 e 2022 dentre os diferentes segmentos. Mesmo quando analisamos apenas a eleição atual, há conflitos entre as mensurações das clivagens econômicas e sociais, muito por conta da ausência de um censo atual, com base no qual as amostras pudessem ser calibradas com maior rigor.⁸

No caso dos evangélicos, foi criado pelo Cebrap o Agregador de Pesquisas Eleitorais reunindo as pesquisas divulgadas pelo Idea Big Data, FSB, Datafolha, *Vox Populi*, Quaest, MDA, Ipec, Futura, Ipespe, PoderData (GERARDI & ALMEIDA, 2022). Quando comparamos as intenções de voto dos dois candidatos ao segundo turno, observamos que a média aferida pelo agregador do Cebrap com base nas últimas pesquisas nos permite identificar no segmento evangélico aquele em que havia a maior diferença entre ambos, uma vez que 61% das intenções de voto do grupo iam para Bolsonaro e 30% para Lula, uma diferença de 31 pontos percentuais entre ambos, ou de 30 pontos percentuais, se usarmos apenas a última pesquisa

⁷ ENTIDADES assinam nota em defesa dos vulneráveis e pedem adiamento do empréstimo consignado atrelado ao Auxílio Brasil. **GI**. 15 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/15/entidades-assinam-nota-em-defesa-dos-vulneraveis-e-pedem-adiamento-do-emprestimo-consignado-atrelado-ao-auxilio-brasil.ghtml>

⁸ Essas divergências, no tocante às clivagens de renda, se tornaram alvo de um intenso debate, haja vista o impacto das estimativas de voto de Luiz Inácio Lula da Silva, tendencialmente mais votado no segmento mais pobre e mais volumoso da população. Sobre o tema, ver: FELÍCIO, C. A polêmica da renda nas pesquisas eleitorais. **Valor**. 26 ago. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/coluna/a-polemica-da-rendas-pesquisas-eleitorais.ghtml>

do Datafolha. Esta opção nos facilita em termos de comparação com os demais segmentos e com o pleito anterior, na qual a diferença entre os evangélicos, na última pesquisa realizada pelo mesmo instituto antes da eleição de 2018, foi de 36 pontos percentuais (68% para Bolsonaro e 32% para Haddad).

Quando segmentamos o eleitorado por gênero, sabendo que as mulheres – como as demais minorias demográficas e não demográficas, mantiveram índices maiores de intenção de voto em Lula – observamos uma diferença consideravelmente menor: onze pontos percentuais, segundo o último Datafolha de 2022. Quando observamos a clivagem racial, a dispersão das intenções de voto foi a seguinte: entre brancos, a diferença em favor de Bolsonaro foi de 14 pontos percentuais; entre pretos e pardos, todavia, a relação se inverte. Lula abre uma vantagem de 9 pontos percentuais sobre o candidato rival, entre os pardos. Já entre aqueles que se identificam como pretos a diferença é ainda maior: 26 pontos percentuais. Apenas quando analisamos as clivagens de renda, observamos uma diferença próxima daquela mensurada entre os evangélicos, pois entre os mais pobres (aqueles que ganham até 2 salários mínimos) a diferença é de 28 pontos percentuais em favor de Lula. Ademais, reforçando nosso argumento sobre o componente hegemônico do bolsonarismo (em termos de classe, gênero e raça), essa diferença se inverte em favor de Bolsonaro conforme aumenta a renda: entre os que ganham de 2 a 5 salários mínimos ela é de 14 pontos percentuais; entre os que ganham de 5 a 10 salários mínimos é de 28 p.p. e entre os que ganham mais de 10 salários mínimos é de 23 p.p.

Esses dados reforçam dois argumentos do texto. O primeiro, demonstrado de maneira mais determinante, indica que Lula foi o representante preferencial das minorias demográficas e não demográficas, aquelas que ameaçam a hegemonia das elites patriarcais. O segundo, cuja demonstração ainda é incerta, indica uma desidratação de Bolsonaro em seu principal reduto eleitoral: os evangélicos, pois, comparando os dois últimos levantamentos do Datafolha é possível observar uma redução de 6 pontos percentuais nas intenções de voto de Jair Bolsonaro (68% em 2018 e 62% em 2022⁹).

⁹ Sobre essa desidratação ver: MEDEIROS, V. Q. Máscaras para Lúcifer: ponderações sobre o voto evangélico. **Congresso em foco**. 06 nov. 2022. Disponível em:

Essa hipótese, que indica uma desidratação do *bolsonarismo* enquanto fenômeno majoritário, pode ser amparada nos resultados da eleição legislativa. No tocante aos evangélicos, segundo um de seus principais líderes nacionais, Sóstenes Cavalcante, o patamar de 30%, que era o esperado pelos líderes da Frente Parlamentar Evangélica por ele presidida,¹⁰ não foi atingido.¹¹ O mesmo pode ser especulado quando consideramos os dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que desde 1990 analisa a composição dos agrupamentos parlamentares. Segundo o levantamento,¹² considerando nível de organicidade e envolvimento direto com as causas que defendem ou patrocinam, existem apenas 6 bancadas com atuação efetiva no Congresso Nacional: Empresarial, Ruralista (ambas recordistas em número de parlamentares, com vínculo direto e formal com o setor), Sindical, Feminina, Evangélica e de Policiais/Segurança. Dentre estas, com base na discussão apresentada na primeira seção deste texto, podemos observar uma possível vinculação ideológica com os discursos bolsonaristas em 4 delas, que serão elencadas no quadro abaixo por ordem de importância, já com o comparativo dos resultados das eleições de 2022 e 2018, com o propósito de indicar essa possível redução da efetividade eleitoral do bolsonarismo.

Com base nos dados acima, observamos uma redução de todas as bancadas associadas aos temas de interesse do bolsonarismo, com exceção do número de senadores da bancada Evangélica, que aumentou de 7 para 12, e da bancada da Segurança, que aumentou de 9 para 10. Isso nos permite inquirir acerca de uma possível redução da eficácia eleitoral de discursos com forte identificação com os significantes e demandas que compõem o bolsonarismo, mas, também sobre sua alocação enquanto força política

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/mascaras-para-lucifer-ponderacoes-sobre-o-voto-evangelico/>

¹⁰ BANCADA evangélica pretende ser 30% do Congresso, diz Sóstenes Cavalcante. **Gazeta do Povo**. 10 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/bancada-evangelica-pretende-ser-30-do-congresso-diz-sostenes-cavalcante/>

¹¹ BIMBATI, A. P. Mais ideológica, bancada evangélica tem 20% da Câmara, mas não atinge meta. **UOL**. 09 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/09/bancada-evangelica-camara-deputados.htm?cmpid>

¹² Que pode ser encontrado no sítio virtual do DIAP, junto com os demais levantamentos realizados pela instituição. Ver: <https://www.diap.org.br/>

minoritária no Senado Federal, que emerge como seu principal *locus* de atuação durante a próxima legislatura.

V. Considerações finais

Cabe aqui uma última reflexão sobre o Congresso Nacional eleito em 2022, ainda com base no relatório do DIAP, que acrescenta uma sétima bancada em seu levantamento: a dos Parentes, composta por parlamentares com parentesco com outros políticos, tanto nos estados de origem, quanto em outras regiões. Segundo o relatório, esta bancada contava com 199 parlamentares (175 deputados e 24 senadores) na legislatura de 2019 a 2023, e será ampliada para 205 (184 deputados e 21 senadores), na legislatura de 2023 a 2027. A partir destes indícios, é possível questionar interpretações de que o Congresso Nacional que emerge das eleições de 2022 seria mais alinhado a Jair Bolsonaro do que o eleito em 2018, ainda que os resultados estejam longe de serem favoráveis à esquerda. Os partidos identificados como *de direita* irão ocupar 259 das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados e o PL, legenda que o lançou à Presidência, tornou-se o partido com o maior número de deputados na casa, tendo triplicado o seu tamanho.

No entanto, quando as trajetórias pregressas dos parlamentares eleitos são levadas em conta, observa-se uma diferença substancial em relação aos resultados de 2018, quando o discurso *bolsonarista* de criminalização da política e dos políticos incentivou a eleição de novas lideranças. Neste pleito, 30 dos 52 deputados eleitos pelo partido de Bolsonaro, na altura do PSL, eram novatos. Em 2022, o crescimento se dará entre políticos experientes, que já transitaram por diferentes legendas, ou que fazem parte de famílias políticas tradicionais em seus redutos eleitorais. Dos 99 deputados que compõem a bancada do PL, apenas 17 são novatos. Segundo reportagem da Folha de São Paulo¹³, publicada em 08 de outubro, mais da metade dos 52 deputados eleitos com Bolsonaro em 2018 se afastou dele e/ou não se reelegeu, apenas 15 foram para o PL e se reelegeram.

¹³ Ver: BALTHAZAR, R. Bolsonaristas ajudam PL a crescer, mas veteranos do centrão são maioria na bancada. **Folha**. 08 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/bolsonaristas-ajudam-pl-a-crescer-mas-veteranos-do-centrao-sao-maioria-na-bancada.shtml>

A expansão do PL (+23 deputados), foi, todavia, acompanhada por uma expansão do PT (+12), cuja federação com Pcdob e PV, será a segunda maior bancada da Câmara, com 80 deputados, e do PSOL, cuja bancada atual de 10 deputados passará a contar com 14, em 2023. Por outro lado, quando consideramos outras legendas que fizeram parte da instável coalizão de governo de Jair Bolsonaro, é possível observar perdas, como no caso do PP, que teve sua bancada reduzida em 11 deputados e o Republicanos, legenda amplamente identificada com os evangélicos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que perdeu dois deputados. Partidos menos associados com o bolsonarismo, como MDB, União Brasil, ao contrário, ampliaram sua representação com +5 e +8 deputados, respectivamente.

A vitória dos parentes e dos políticos tradicionais, contudo, não é surpreendente. Existem incentivos institucionais para que os partidos invistam em nomes consagrados em um contexto no qual a superação da cláusula de barreira se torna um imperativo para a sobrevivência das legendas. Do mesmo modo, as emendas parlamentares, sobretudo as de relator (RP9), são um fator em prol dos políticos tradicionais. Criadas em 2019 e aplicadas em 2020, tiveram seu valor ampliado em 4,5 vezes, desde então, totalizando 3,5 bilhões em 2022, um valor que ultrapassa a verba concedida a maior parte dos Ministérios e que é alocado sobretudo em territórios nos quais os deputados possuem suas bases eleitorais, em uma triangulação que favorece prefeitos e vereadores dessas localidades, cujo apoio político demonstrou-se fulcral para a realização das campanhas dos deputados à reeleição. Nessa conjuntura o estreitamento dos laços familiares e de proximidade configurados no que chamamos de Política Local¹⁴, na qual a busca por votos é realizada a partir de uma relação mais personalista e direta com os eleitores nos parece ser o saldo geral da eleição legislativa. Afinal, mesmo dentro desse exercício especulativo otimista é preciso

¹⁴ O tema é objeto do LAPPCOM, que atualmente possui um grupo de pesquisadores se debruçando sobre as relações entre elites políticas e cidadãos na Baixada Fluminense. Os resultados da pesquisa podem ser vistos no Primeiro Volume do Dossiê *Eleições na Baixada Fluminense*, disponível em: <https://linkme.bio/lappcom/>. No segundo volume do Dossiê, ainda no prelo, será possível visualizar a importância dos apoios de prefeitos e vereadores, no que diz respeito aos deputados estaduais e federais com votação concentrada nos municípios da Baixada Fluminense. Já no tocante à definição e discussão teórica sobre o que entendemos por Política Local. Ver: BAÍIA, P.; SILVA, M. G. (2022). A tutela do voto: clientelismo, chaguismo e outros dilemas da política no Rio de Janeiro. **Passagens**: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, 312-338.

reconhecer que se os estragos causados pelo bolsonarismo seguirão condicionando nosso horizonte político.

Bibliografia

ALMEIDA, R. de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, pp. 185-213, Apr. 2019

ATALAY, Z. Partners in Patriarchy: Faith-Based Organizations and Neoliberalism in Turkey. **Critical Sociology**. 00(0), pp. 1-15, 2017.

BAÍÁ, P.; SILVA, M. G. A tutela do voto: clientelismo, chaguismo e outros dilemas da política no Rio de Janeiro. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, pp. 312-338, 2022.

BALTHAZAR, R. Bolsonaristas ajudam PL a crescer, mas veteranos do centrão são maioria na bancada. **Folha**. 08 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/bolsonaristas-ajudam-pl-a-crescer-mas-veteranos-do-centrao-sao-maioria-na-bancada.shtml>

BANCADA evangélica pretende ser 30% do Congresso, diz Sóstenes Cavalcante. **Gazeta do Povo**. 10 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/bancada-evangelica-pretende-ser-30-do-congresso-diz-sostenes-cavalcante/>

BIMBATI, A. P. Mais ideológica, bancada evangélica tem 20% da Câmara, mas não atinge meta. **UOL**. 09 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/09/bancada-evangelica-camara-deputados.htm?cmpid>

BRAGA, R.; SANTANA, M. A. Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. **Cadernos CRH**, v. 28, pp. 529-544, 2015.

BURDICK, J. **Legacies of Liberation: the progressive Catholic Church in Brazil at the start of a new millennium** Hampshire: Ashgate, 2005.

BURITY, J. A onda conservadora na política Brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: TONIOL, R.; ALMEIDA, R. **Conservadorismo, Fascismo e Fundamentalismo: análises conjunturais**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

BURITY, J. Onda conservadora e surgimento da nova direita cristã brasileira? a conjuntura pós-impeachment no Brasil. **Ciencias Sociales Y Religión**, 22. 2020.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: EDUFRJ. 2005.

CASANOVA, J. **Public religion in the modern world**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CASANOVA, J. Secularization Revisited: A Reply to Talal Asad. In: SCOTT, D.; HIRSCHKIND, C. (Org). **Powers of the secular modern**: Talal Asad and his interlocutors (pp. 12-30). Stanford: Stanford University Press, 2006.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERQUEIRA, P. R.; SOUZA, E. M. D. Laclau, sexualidades e os corpos: análise das subjetivações ursinas. **Psicologia & Sociedade**, vol. 27, nº 2, pp. 267-279, 2015.

CHACKO, P. Marketizing Hindutva: The state, society, and markets in Hindu nationalism. **Modern Asian Studies**, 53(2), pp. 377-410, 2019.

CONNOLLY, W. E. "The Evangelical-Capitalist Resonance Machine." **Political Theory** 33, no. 6: pp. 869–86, 2005.

CORTES, M. O mercado pentecostal de pregações e testemunhos: formas de gestão do sofrimento. **Religião & Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, pp. 184-209, 2014.

DIAMOND, S. **Roads to Dominion**: Right-Wing Movements and Political Power in the United States. New York: Guilford Press. 1995.

ENTIDADES assinam nota em defesa dos vulneráveis e pedem adiamento do empréstimo consignado atrelado ao Auxílio Brasil. **G1**. 15 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/15/entidades-assinam-nota-em-defesa-dos-vulneraveis-e-pedem-adiamento-do-emprestimo-consignado-atrelado-ao-auxilio-brasil.ghtml>

FELÍCIO, C. A polêmica da renda nas pesquisas eleitorais. **Valor**. 26 ago. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/coluna/a-polemica-da-renda-nas-pesquisas-eleitorais.ghtml>

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política [online]. 2007, n. 70, pp. 101-138. Epub 13 Set 2007. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000100006>. Acesso em: 21 nov. 2022.

FRAZÃO, F. Pesquisa do Senado indica que 21% dos eleitores no Brasil se consideram de direita. **CNN**. 15 mai. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-do-senado-indica-que-21-dos-eleitores-no-brasil-se-consideram-de-direita/>

FRESTON, P. "Breve história do pentecostalismo brasileiro". In: ANTONIAZZI, A. et al. **Nem anjos nem demônios**: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis: Vozes. 1994.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos** [1920-1923]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GERARDI, D. A.; ALMEIDA, R. de. **Agregador de pesquisas eleitorais por religião**: consolidação de dados de pesquisas eleitorais com recorte religioso às eleições presidenciais de 2022. APP versão 1.0. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://cebrap.org.br/projetos/>.

GRACINO JUNIOR, P. **A demanda por deuses**: globalização, fluxos religiosos e culturas locais nos dois lados do Atlântico. 1. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2016. v. 1. p. 348.

GRACINO JUNIOR, P. Minas são muitas, mas convém não exagerar: identidade local e resistência ao pentecostalismo em Minas Gerais. **Cadernos CRH**, v. 21, pp. 145-162, 2008.

GRACINO JUNIOR, P.; SILVA, M. G.; FRIAS, P. “Os humilhados serão exaltados:” ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos MetrÓpole**, v. 3, pp. 547-58, 2021.

JOAS, H. **A sacralidade da pessoa**: nova genealogia dos direitos humanos. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

LACLAU, E. **On populist reason**. London: Verso, 2005.

LACLAU, E. Para uma teoria do populismo. In: LACLAU, E. **Política e ideologia na teoria marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. pp. 149-204.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy**: Towards a Radical Democratic Politics. London: Verso, 1985.

LEVY, C. “Cebts in Crisis: Leadership Structures in the São Paulo Area,” in *The Church at the Grassroots*. In: BURDICK, J.; HEWITT, W. E. **Latin America: Perspectives on Thirty Years of Activism**. Westport, Conn.: Praeger, pp. 167–82, 2000.

MACHADO, M. d. D.; BURITY, J. A Ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, pp. 601-631, 2014.

MARGOLIS, M. Who Wants to Make America Great Again? Understanding Evangelical Support for Donald Trump. **Politics and Religion**, 13(1), pp. 89-118, 2020.

MARIANO, R. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo brasileiro. São Paulo: Loyola. 1999[1995].

MEDEIROS, V. Q. Máscaras para Lúcifer: ponderações sobre o voto evangélico. **Congresso em foco**. 06 nov. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/mascaras-para-lucifer-ponderacoes-sobre-o-voto-evangelico/>

MENDONÇA, D. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: Uma análise a partir da perspectiva da Teoria do discurso. **Revista Sociologia e Política**, vol. 20, pp. 135-145, 2003.

MONTERO, P. “Religiões Públicas” ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. **Religião e Sociedade**, v. 36, n. 1, 2016.

PRAZERES, L. Congresso promulga PEC que amplia gasto social em ano eleitoral: entenda os argumentos pró e contra. **BBC**. 12 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62088494>

PY, F.; PEDLOWSKI, M. A. Pentecostalização assentada no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. **Perspectiva Teológica**, [S. l.], v. 52, n. 3, pp. 829, 2020.

REVELLI, M. **The New Populism: Democracy Stares into the Abyss**. London; New York: Verso, 2019.

ROSAS, N. “Dominação” evangélica no Brasil: o caso do grupo musical Diante do Trono. **Revista Contemporânea**. v. 5, n. 2 pp. 235-258 Jul.-Dez. 2015.

SIEPIERSKI, P. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. **Estudos Teológicos**, v. 37, n. 1, pp. 47-61, 1997.

SILVA, M. G.; GRACINO JUNIOR, P. A vitória dos parentes: uma hipótese sobre a desidratação do bolsonarismo. **Revista Rosa**, v. 6, pp. 01-16, 2022.

SINGER, A. LOUREIRO, I. (Orgs.). **As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. pp. 185-219.

TABAK, F. Pesquisa aponta que o dobro dos brasileiros se diz mais de direita que esquerda. Veja os números. **O Globo**. 03 jul. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/07/pesquisa-aponta-que-o-dobro-dos-brasileiros-se-diz-mais-de-direita-que-esquerda-veja-os-numeros.ghtml>

Tabela 01 - Bancadas Parlamentares eleitas em 2018 e 2022

Bancada	Descrição.	Legislatura 2019-2023	Legislatura 2023-2027
Empresarial	Defesa da reforma na legislação trabalhista e previdenciária, trabalho multifunção, autorregulação, redução de encargos, competitividade, Custo Brasil, reforma tributária, renúncias e incentivos fiscais, créditos e monetários	Total: 242 Deputados: 204 Senadores: 38	Total: 210 Deputados: 178 Senadores: 32
Ruralista	O integrante da bancada ruralista é definido pelo quinhão de terra que possui ou pela aderência às pautas do agronegócio.	Total: 107 Deputados: 80 Senadores: 27	Total: 81 Deputados: 57 Senadores: 24
Evangélica	São membros das várias congregações evangélicas, cuja orientação religiosa é protestante, pastores ou não. Interesse em pautas como: união homoafetiva, pesquisas com células-tronco, defesa da família, Escola Sem Partido, ideologia de gênero, aborto.	Total: 92 Deputados: 87 Senadores: 7	Total: 85 Deputados: 73 Senadores: 12
Segurança	São membros das forças de segurança, apoiadores da flexibilização do porte e posse de arma de fogo e adeptos de legislação mais punitiva a criminosos. Temas de interesse: redução da idade penal, fim das penas alternativas, modificação do Estatuto do Desarmamento e do Estatuto da Criança e do Adolescente.	Total: 70 Deputados: 61 Senadores: 9	Total: 66 Deputados: 56 Senadores: 10

Fonte: DIAP